

ADVOCEF

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS ADVOGADOS DA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Setembro 2002 – Edição Especial

Comissões da ADVOCEF preparam
propostas para a SURID
Página 9

A desembargadora Maria Helena
Cisne Cid recebe homenagem
Página 8

O diretor Aser Cortines destaca o
trabalho da área jurídica
Páginas 4 e 5

Discussões no VIII Congresso:
carreira jurídica, Normativo de
Honorários, Juizados Especiais, REB

ADVOCEF, 10 anos no VIII Congresso

No dia em que comemorava o 10º aniversário, em 15 de agosto de 2002, a ADVOCEF iniciava seu VIII Congresso, no Sheraton Rio Hotel & Towers, no Rio de Janeiro. Na solenidade compareceram autoridades importantes do Direito, como o presidente do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, Arnaldo Esteves Lima, a corregedora do TRF da 2ª Região, Maria Helena Cisne Cid (que recebeu emocionada homenagem), e o diretor geral do TRF da 5ª Região, Carlos Castro. Outras personalidades a prestigiar o evento foram o diretor da Federação Nacional dos Advogados, Adérson Bussinger Carvalho, o su-

perintendente Institucional da CAIXA no Rio de Janeiro, José Domingos Vargas, e o presidente da Associação dos Advogados do Banco do Brasil, Cláudio Lamachia.

Fizeram parte da mesa os advogados da CAIXA Isabella Gomes Machado (representando a superintendente jurídica Dalide Correa), Luiz Antônio Azamor Rodrigues (gerente do Jurídico RJ), Davi Duarte (ex-presidente da ADVOCEF), Sônia Caldas (gerente do Jurídico SE), Alberto Cavalcante Braga (gerente do Jurídico BR e ex-presidente da ADVOCEF), Luis Fernando Miguel (presidente da ADVOCEF, que transmitia o cargo), Darli Barbosa e Sandra Rosa

Bustelli Jesion, estes presidente e vice-presidente eleitos da Associação.

Na posse da nova Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, Luis Fernando Miguel lembrou que era o primeiro congresso após o acordo de novembro de 2001, "uma das maiores conquistas da ADVOCEF". O novo presidente, Darli Barbosa, no primeiro discurso à frente da

entidade, disse:

"Nós, advogados da CAIXA, acalentávamos um sonho: unirmo-nos na defesa de um bem comum que pudessemos beneficiar e acolher a todos. Como instituição formal, esse sonho acabou por ser realizado no dia 15 de agosto de 1992". Darli disse contar com os profissionais da CAIXA: "Que sejam iluminados para saberem que em alguns momentos, ao defenderem direitos da categoria, estarão defendendo a própria Empresa".

Último a se manifestar na noite, o desembargador Arnaldo Esteves Lima destacou os bons resultados obtidos pela parceria antiga com a CAIXA. "Estou na Justiça Federal há 23 anos e sempre tive a melhor impressão sobre todos os advogados da CAIXA, éticos, competentes." Ressaltou a importância do fato, por se tratar de empresa pública. "Tudo isso leva a que esse trabalho tenha que ser a cada dia aprimorado e cada vez mais apoiado pela instituição", afirmou.



José Domingos Vargas, Carlos Castro, Arnaldo Lima e Maria Helena Cisne Cid

Entrevista com o
presidente eleito
da ADVOCEF,
Darli Barbosa.

Página 3



A superintendente
Dalide Correa
anuncia espaço
para negociação.

Páginas 6 e 7



Para que servem os congressos

Nada como uma edição especial do nosso já consolidado *Boletim* para noticiar, de forma completa e detalhada, o *VIII Congresso Nacional da ADVOCEF*, realizado no Rio de Janeiro em agosto último.

Este número comemorativo traz o registro dos principais fatos que marcaram o planejamento, a organização, a realização e os resultados deste que foi um evento digno da grandeza e da história destes dez anos de nossa Associação.

Mas afinal, perguntaria alguém, parodiando o *Monólogo das mãos*, para que serve um congresso?

- Para debater
- Para criticar
- Para construir
- Para convencer
- Para discutir e conciliar
- Para trocar e para ceder
- Para buscar sonhando
- Para difundir conhecendo
- Para crescer pela soma
- Para resultar com o todo

O congresso representa um momento quase mágico, coberto por expectativas e resultado de um conjunto multifacetado de vontades e ansiedades.

Ele só existe e acontece porque nós, advogados e Associação, existimos e o queremos.

Porque o congresso, sem pessoas, seria um vazio.

E as pessoas, sem trocar e sem ansiar por melhores dias, perderiam a razão de existir.

Se cada um de nós tem sua força, juntos dispomos de algo muito maior. E o melhor uso desta resultante cabe ao grupo definir.

Um congresso é feito por todos, para todos e com todos.

Suas demandas, resultados e conclusões são e sempre serão a face visível e pre-

dominante do quanto desejam seus participantes, nascidas e fomentadas a partir de concretas exigências.

E participantes não são apenas os que fisicamente estejam presentes, mas todos os que, de alguma forma, canalizam à concretização do evento um pouco de si.

Qualificando os debates, lançando propostas, compartilhando idéias e integrando-se para construir os resulta-

dos, difundindo experiências, enriquecendo o grupo com as pequenas ou grandes contribuições individuais, todos e cada um dos integrantes de nossa comunidade muito têm a ganhar com todas as formas de realizações coletivas.

Esta oitava edição mostrou, mais uma vez e de maneira definitiva, que o verbo somar é um dos mais significativos a conjugarmos.

E todos os que fizeram deste congresso o maior dos até aqui realizados – seja pelo número e a qualificação de seus participantes, seja pela maciça presença dos colegas anfitriões –, certamente têm muito presentes os princípios que movem uma verdadeira congregação.

Se cada um de nós tem sua força, juntos dispomos de algo muito maior. E o melhor uso desta resultante cabe ao grupo definir. O congresso é uma das boas formas de renovarmos esta estrutura na busca por um futuro melhor.

Fiquem com os relatos do evento, iniciando desde já a preparação de outros, em nosso ambiente de trabalho diário, no âmbito regional ou integrados com os demais profissionais

deste vasto país, certos de que, por mais tortuoso que seja o caminho, nada supera a experiência de tê-lo enfrentado em boa companhia.

O congresso representa um momento quase mágico, coberto por expectativas e resultado de um conjunto multifacetado de vontades e ansiedades.

**Diretoria Executiva
da ADVOCEF**

O Congresso em tempo real

Para o presidente da ADVOCEF, Darli Barbosa, as discussões sobre a situação do advogado da CAIXA e a homenagem prestada à desembargadora Maria Helena Cisne Cid foram os destaques do VIII Congresso. Mas, na sua opinião, o evento valeu também pelo grande número de participantes e pelos debates de várias outras questões importantes para a categoria.

BOLETIM - Para que servem os congressos?

DARLI BARBOSA - Os congressos são de suma importância a uma maior congregação dos associados. Nelas são discutidos e deliberados temas vitais para a categoria, em tempo real, o que não seria possível ante o distanciamento geográfico entre os associados. Nos congressos há, portanto, uma grande concentração de pessoas e de idéias e aqueles que ali comparecem têm como objetivo primordial o debate de questões importantes da categoria. As maiores conquistas que obtivemos foram plantadas em congressos. Podemos citar o Regulamento de Honorários, discutido e aprovado durante o I Congresso realizado em Brasília.

BOLETIM - Qual foi, de modo geral, a avaliação do VIII Congresso?

DARLI BARBOSA - Foi muito produtivo, contamos com a presença de um número grande de associados, inclusive do próprio local, e nele foram tomadas decisões importantes a serem encaminhadas pela ADVOCEF nesta nova gestão que se inicia com a minha presidência.

BOLETIM - Que evento mereceu destaque no Congresso?

DARLI BARBOSA - Todos os temas apresentados foram importantes, mas um mereceu atenção especial, até por-

que transcendeu os interesses da própria categoria, que foi a homenagem feita pela ADVOCEF à desembargadora federal Maria Helena Cisne Cid pelo seu brilhante trabalho à frente da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.



Darli: os congressos são vitais

BOLETIM - Quais dos assuntos discutidos merecerão uma atenção especial da ADVOCEF?

DARLI BARBOSA - Os advogados juniores, que precisam melhorar suas condições de trabalho, precipuamente salariais. Também os demais advogados, pois muitos deles formalizaram acordo para uma jornada de oito horas na esperança de aumento no valor da função técnica, pois havia um compromisso moral por parte

dos negociadores da CAIXA. Não vamos esquecer, é claro, dos advogados que não assinaram o acordo e que ainda estão com as suas situações indefinidas. Outras questões são a regulamentação e o cumprimento do acordo de honorários, pois existem ainda várias arestas a ser aparádas, como os honorários relativos aos processos do FGTS (planos econômicos). Já há casos de não cumprimento, por exemplo, nos processos envolvendo a EMGEA.

BOLETIM - Algo a ser corrigido no próximo Congresso?

DARLI BARBOSA - Alguns temas relevantes poderão ser divulgados à categoria com bastante antecedência, para que cada congressista venha de sua base com a idéia formada, facilitando o encaminhamento dos trabalhos. Podemos citar a questão relacionada com as alterações do Regulamento dos Honorários, por se tratar de assunto polêmico.

BOLETIM - O que mais pode ser destacado no VIII Congresso?

DARLI BARBOSA - Podemos destacar o excelente trabalho desenvolvido pelos colegas do Rio de Janeiro na organização, e também o grande comparecimento, fato que, além de demonstrar a importância do evento, ainda comprova o interesse da categoria pelos temas desenvolvidos.

Homenagem aos "ex" da CAIXA

Eles já foram advogados da CAIXA e hoje mostram, fora da Empresa, "o imenso leque de alternativas que a carreira oferece, bastando para tanto que se utilize bem os conhecimentos". A saudação foi feita por Jorge Paulo Schlemm Neto, do Jurídico RJ, que chamou, para serem homenageados, os seguintes ex-colegas:

Bruno Dutra, juiz federal; Dante Brás Limongi, procurador do Estado do RJ e professor titular de Direito Constitucional da PUC/RJ; Guilherme Bollorini Pereira, juiz federal; Gustavo da Gama V. de Oliveira, procurador do município do RJ; Holden Macedo da Silva, defensor público federal; Jairo Vasconcelos do Carmo, juiz de direito aposentado,

coordenador geral de Direito Civil da EMERJ e titular do 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos; Leonardo Almeida C. de Carvalho, defensor público do Estado do RJ; Nizete Antônia Lobato, juíza federal; Paulo Braga Galvão, professor de Direito Constitucional da UERJ; Ricardo Lopes Limongi, procurador do município do RJ; Rodrigo R. Lourega de Menezes, procurador do município do RJ; Rodrigo Ramos da Silva, procurador da República; e Thiago Mendonça Boiteux, delegado federal.

Não compareceram à cerimônia: Fábio Nascimento de

Araújo, oficial de justiça; Fátima Maria Novelino Sequeira, juíza federal; Jorge Batista Fernandes, procurador federal; e Maria Letícia Gonçalves, juíza do trabalho.



Alguns dos "ex": Galvão, Ramos, Lourega, Limonge e Bittencourt, com Azamor, do Jurídico RJ (segundo a partir da esquerda)

O Jurídico e o Desenvolvimento Urbano

Em sua palestra no VIII Congresso, o diretor da área de Desenvolvimento Urbano da CAIXA, Aser Cortines, elogiou a atuação do corpo jurídico nos programas habitacionais e destacou o trabalho dos advogados feito hoje na formulação de uma nova política nacional do setor. Observou também que existe um campo novo para os advogados, influenciado pelo Estatuto da Cidade, aprovado em julho de 2001. A lei deverá provocar muitas mudanças, discutindo temas como a gestão democrática nas cidades. *(Leia a entrevista com o diretor na página 5)*

Em algumas cidades brasileiras, conforme Aser, mais de 50% dos domicílios são informais. "Ou seja, ilegais." A legislação urbana, elitista, tem contribuído muito para

essa informalidade: "Se o mundo legal ficar muito distante do mundo real, este vai ficar cada vez mais distante do mundo ideal". A CAIXA aplicou, no setor, R\$8,0 bilhões em 2000, R\$6,2 bilhões em 2001 e R\$7,5 bilhões em 2002. No meio rural, estão sendo financiadas 60 mil unidades.

Na elaboração do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o diretor disse que, no início, chegou a pensar: "Seremos a maior imobiliária do mundo, será que vai funcionar?" Sua preocupação hoje é menor, pois o programa é usado em reabilitação de áreas centrais, imóveis que portanto terão demanda "para o resto da vida". Outro dado animador, acrescentou, é a baixa taxa de inadimplência, em torno de 2,01%.

Na Agenda da área constam a revisão e lançamento de novos produtos, a formulação nacional de uma política de habitação (embora não seja atribuição da CAIXA), o redesenho do modelo de repasse dos recursos do Orçamento Geral da União e a alteração da política de financiamento. Dados que justificam a preocupação da Empresa: com mais de 80% da população vivendo nas cidades, o déficit habitacional no país é de 6,5 milhões de residências.

Em relação às propostas de privatização dos sistemas de saneamento público, Aser disse ser favorável a um consorciamento, para que a iniciativa privada não explore apenas o "filé mignon", o fornecimento de água, deixando ao poder público a "carne de peixe", que é o saneamento básico.

O valor do advogado da CAIXA

A CAIXA não respeita a jornada de trabalho do advogado estipulada pela OAB, segue uma política equivocada de recursos humanos e valoriza a atividade gerencial em detrimento da atividade jurídica. A essas queixas, apresentadas no VIII Congresso, acrescentaram-se as relativas às precárias condições de trabalho. As denúncias foram o destaque do painel "As carreiras jurídicas e sua valorização", apresentado pelos advogados Alexandre Lacerda (BR), Marcello Augusto Hamdan Ribeiro (RJ) e Bruno Vaz de Carvalho (RJ).

Atendendo sugestão do advogado Luiz Antônio Azamor Rodrigues, gerente do JURIR/RJ, a situação dos advogados juniores foi eleita como prioridade da ADVOCIAÇÃO. A justificava é a saída constante de profissionais qualificados que buscam melhores salários e condições de trabalho. Dados da GIPES/BH mostram que, dos 440 candidatos aprovados e convocados, apenas 285 contrataram com a CAIXA, e destes apenas 184 permanecem na Empresa.



Bruno, Alexandre, Morone, Marcello e Leonardo

A política do "É isso mesmo"

Mostrando-se indignado com "um quadro de advogados com situações tão díspares", Alexandre Lacerda disse ser inadmissível o tratamento dado pela Empresa ao economiário em geral. "Estamos aqui fingindo que está tudo bem, só pode ser." Referiu-se às jornadas de seis e de oito horas, "em franca contrariedade ao que dispõe o artigo 20 do Estatuto da OAB". Alexandre mostrou valores que, segundo a *Folha de São Paulo*, remuneram no mercado os advogados júnior (R\$2.500), pleno (R\$3.500) e sênior (R\$4.500), numa jornada diária de quatro horas. A Empresa pode estar gerando outros passivos, disse o advogado. "O direito não se compadece de absurdos, o acordo firmado contraria frontalmente o artigo 468 da CLT."

Alexandre deixou um pedido aos colegas que passarem em concursos: quando saírem da Empresa, façam uma carta à direção, expondo toda a indignação pelo tratamento que tem sido dado aos advogados.

Para Marcello Augusto Hamdan Ribeiro, a fragmentação é indesejável. Lembrou que, no último concurso, também os técnicos bancários não tinham as mesmas vantagens dos economiários. "Dentro da ideologia da Empresa, eles tinham que saudavelmente disputar as funções de confiança, que passaram a ser as grandes estrelas disputadas." E não adianta dizer que o administrador está errado: é a política do "É isso mesmo". Marcello citou medidas equivocadas, como a terceirização e a realocação forçada de advogados, defendidas pelos administradores: "É isso mesmo", diziam. Por isso, recomenda Marcello, mesmo diante de uma certa arrogância, a ADVOCIAÇÃO não deve ter medo de enfrentar essas situações.

O cargo gerencial é o objetivo do pessoal das agências, não necessariamente o nosso, afirmou Bruno Vaz de Carvalho. "Isso nos tira da atribuição primeira do advogado, que é atuar seja preventivamente ou seja em juízo, e que é talvez o que tenha nos levado a optar pela carreira jurídica. "E o advogado que não tem pretensão de cargo? Ele vai ficar estagnado dentro do Jurídico?", indagou.

Um campo novo para o advogado

O diretor de Desenvolvimento Urbano, Aser Cortines, diz que falar sobre o Estatuto da Cidade e mostrar o campo novo que se abre para o advogado foi sua maior contribuição para o VIII Congresso da ADVOCEF. Aser é engenheiro, tem 52 anos, trabalhou no extinto BNH (Banco Nacional da Habitação) e está na CAIXA desde 1986.

BOLETIM - O VIII Congresso da ADVOCEF foi o que o senhor esperava?

ASER CORTINES - Sim, com certeza. Ressaltaria, principalmente, o alto grau de interesse dos participantes pelas questões que permeiam o desenvolvimento urbano, o que para mim, que venho me dedicando a elas ao longo de toda a minha vida profissional, é muito gratificante.

BOLETIM - Da sua participação foi possível colher algum subsídio para a sua área?

ASER CORTINES - Possuo uma razoável experiência em formulação de propostas e programas na área de desenvolvimento urbano, e o Jurídico sempre contribuiu de forma decisiva, com importantes subsídios. Cito como exemplos recentes o Programa de Arrendamento Social - PAR, o Programa de Subsídio para Habitação Popular - PSH, a proposta de uma nova política nacional para a habitação e as novas alternativas para o financiamento do setor de saneamento, todos desenvolvidos e debatidos com a intensa e indispensável participação do Jurídico.

BOLETIM - Qual a contribuição mais importante que o senhor trouxe aos advogados?

ASER CORTINES - Observo muito o trabalho dos advogados na nossa Empresa e percebo que, por todos os motivos que conhecemos, o tempo desses profissionais é ex-

tremamente dedicado a problemas do passado, que não são poucos. Então, ter podido mostrar que existe todo um campo a ser trabalhado, todo um novo a ser construído para um desenvolvimento adequado das nossas cidades, e que esse novo não se realiza sem uma sustentação jurídica, foi a grande contribuição que eu considero ter deixado com minha participação no Congresso, ou seja, a real possibilidade do Jurídico participar da construção do novo.



BOLETIM - Na palestra o senhor falou da importância da qualificação do advogado para atuar no direito imobiliário e urbanístico. O senhor constata que há uma carência nessa área?

ASER CORTINES - O Estatuto da Cidade é uma lei conquistada pelos movimentos populares, capitaneados principalmente pelo Fórum de Reforma Urbana. Ela inova o trato da questão urbana, regulamentando uma série de instrumentos urbanísticos, que interferem diretamente no direito à cidade e à propriedade. A CAIXA é a instituição federal de fomento ao desenvolvimento urbano e, como tal, terá que rapidamente considerar a vigência destes instrumentos e incorporar condutas adequadas a esta nova realidade. Ressalto, por exemplo, uma questão: como a CAIXA irá financiar a construção de unidades para empreendedores que estão constru-

indo com base no direito de superfície. Quem é o beneficiário? Qual a garantia? Outra questão: a cessão de direito de uso, instrumento que viabiliza a regularização fundiária, tem que ser aceita como garantia de financiamento. Como proceder? Temos daqui para a frente uma série de questões relacionadas ao direito urbanístico que devem ser respondidas com agilidade e segurança. Portanto, mais do que nunca os advogados devem estar atualizados com estas questões, para que possam responder a esta nova realidade urbanística.

BOLETIM - Que impressão ficou, da convivência com os advogados?

ASER CORTINES - Nas diversas funções que já ocupei na nossa Empresa, sempre fiz questão de ter o profissional de direito junto a mim, principalmente nas grandes decisões. E a minha impressão do seu trabalho sempre foi a melhor possível, dentro do qual destaco o nível de profissionalismo. Temos um corpo de advogados de excelente nível sem deixar nada a dever a qualquer outra empresa ou escritório de advocacia.

BOLETIM - O senhor acha que as áreas jurídica e administrativa estão devidamente conectadas?

ASER CORTINES - Lamentavelmente ainda não, mas tenho a convicção que o caminho é esse. Quanto maior a interação maior será o sucesso das nossas ações e mais expressivos os nossos resultados. No comando da DIURB, bem como nas demais funções que exerci, tenho buscado exercitar e fomentar a interação e a harmonia interna na CAIXA. Não alcançamos o ideal ainda, mas vamos chegar lá, até porque essa é a vontade da maioria, de todos que querem o bem coletivo.

A área jurídica passada a limpo

A imagem antiga, a reestruturação, o acordo, os profissionais do último concurso, a nova imagem – a área jurídica, em todos os aspectos, foi assunto da superintendente Dalide Barbosa Alves Correa, na palestra e nos debates que se seguiram, no terceiro dia do VIII Congresso. O trauma da terceirização sugerida, a longa negociação, os excluídos do acordo, a infra-estrutura jurídica, tudo foi lembrado e discutido. Ao final, ficou a palavra da superintendente: há espaço para negociação, principalmente nas questões do assistente jurídico e dos advogados juniores. Leia os principais pontos da palestra, nesta página e na próxima.



Darli, Dalide e Wilson Malcher

O Jurídico, ontem e hoje

A superintendente lembrou que em 1998, quando assumiu, havia “uma espécie de duas áreas jurídicas na Empresa”. A Consultoria, para atender as demandas estratégicas, “e 452 advogados atuando na parte contenciosa e tratando de questões que na própria diretoria eram entendidas como de segunda categoria”. Preocupada com a baixa estima dos advogados, propôs a nova estrutura para a SURID, trabalho que está sendo executado. No início, recordou, houve a experiência “traumática” com a consultoria Azevedo Sette, que propunha a redução de 80% dos profissionais. “Esse trabalho não me preocupou, porque a parte que achei interessante foi a que detectou os problemas: falta de controle, falta de sistematização. Com relação à proposta, ela era totalmente impensável para uma empresa pública. Mas qual não foi a nossa surpresa quando a Superintendência de Desenvolvimento Empresarial, a SUADE, ratificou na íntegra esse trabalho.”

A posição da área jurídica, levada ao presidente Emílio Carazzai, denunciava essa “ausência de visão integrada da realidade CAIXA” e ressaltava também a condição dos advogados, de empresa pública, que atuam muitas vezes pelos interesses da União. Dalide concordava com as “premissas” da terceirização, que considera saudável, “desde que a gestão seja feita pela área jurídica, de uma forma consciente, como ferramenta de trabalho, para desafogar o grande número de ações e das ações menos relevantes e não

como substitutivo do corpo de profissionais”. Nessas bases, a estrutura apresentada ao presidente Carazzai foi aprovada.

Segundo a superintendente, na estrutura antiga, algumas gestões consultivas, se envolviam algum caráter contencioso, eram devolvidas pela GECON. “Se a GETEN estava ali do lado, por que não fazer esse tratamento integrado, de forma sistematizada?” Daí a criação de uma Gerência Nacional de Atendimento Jurídico (GEAJU), para as questões emergenciais. “Isso faz parte do resgate da imagem da área”, disse Dalide, pois o atendimento, hoje feito por células, com advogados especializados, já traz um retorno positivo.

Num aparte, a vice-presidente da ADVOCEF, Sandra Jesion, comentou que estava lendo as deliberações do primeiro Congresso e que dela constavam justamente as conquistas citadas. “Então, se se conseguiu muita coisa, foi através da união que tivemos na ADVOCEF, foi pedindo, deliberando e forçando pra que essas coisas acontecessem.”

Novos avanços, com os juniores

O presidente Darli Barbosa cobrou da superintendente o cumprimento de “um compromisso moral da Administração” de melhorar a proposta contida no Acordo de 2001, mencionando a expectativa de enquadramento numa função gerencial. “Vamos ser esquecidos de novo?”, perguntou. A superintendente disse que a função de supervisor, dada no primeiro momento na Matriz, havia causado muitas reclamações. “Então vimos que havia uma distorção. Não se colocou a todos como supervisor jurídico porque nós mesmos entendemos que não se pode dar função gerencial a todos. Temos um

plano de cargos e salários.” Mas há espaço para negociação, admitiu, principalmente sobre a função de assistente jurídico. “Mas dentro da realidade.” Observou que “o nosso acordo só saiu no momento em que a diretoria da CAIXA começou a pensar dentro da realidade, elevou o valor, e nós também descemos um pouco e entramos nessa mesma realidade”. A superintendente revelou a sugestão do presidente da EMGEA de transformar os honorários num valor fixo mensal. Disse que apenas relatava a proposta, ainda não tinha posição a respeito.

Em resposta a uma reivindicação de Sandra Jesion, a superintendente disse ser contra “melhorar o acordo”, pois não seria justo com os que o assinaram. “Até porque somos advogados, temos o dever, mais do que os outros, de saber o que estamos fazendo.” Aceitou a possibilidade de casos individuais, com ações ganhas na Justiça. “Mas aí é uma questão processual, caso a caso.” Sandra explicou que não se referia a uma proposta mais vantajosa para um grupo. “O que eu quis dizer é que a gente pode esperar um momento melhor, como o que teve agora, esse aumento de função.”

A situação dos novos advogados da CAIXA vai ser levada à área de Recursos Humanos, prometeu a superintendente. Em resposta a um questionamento de Darli, a superintendente revelou estar encantada com



Sandra Jesion: conquistas pela união

o nível do pessoal do último concurso e que é preciso fazer alguma coisa para mantê-lo na Empresa. Roberto Maia observou que o advogado da CAIXA “tem um bem maior a proteger, o bem público, da sociedade”, e que por isso deve ser equiparado aos quadros das procuradorias e autarquias, órgãos da mesma estatura da CAIXA.

A Agenda SURID e a realidade

Entre outros assuntos, destacam-se na Agenda SURID os Juizados Especiais. "Deixamos claro na reunião de diretoria que o advogado já tem por lei poderes para transigir e não poderá ser punido por qualquer decisão que ele tome", disse a superintendente Dalide. Mas a Matriz já está elaborando os parâmetros de um acordo padrão. Foi realizado recentemente um curso em São Paulo, com a AGU e representantes de todos os Jurídicos. "Lamentavelmente soubemos que algumas pessoas não estão atuando mais nessas áreas. Tínhamos solicitado que fossem aquelas que pudessem divulgar as informações. É importante que o advogado cobre de suas gerências."

O advogado Sílvio Padilha reclamou que, apesar de abarrotados com demandas extras, não houve modificações nas estruturas dos Jurídicos. Dalide anunciou a vinda de 102 empregados, apesar de o limite máximo da Empresa, de 55 mil, já ter

sido alcançado. A superintendente criticou a terceirização feita em alguns Jurídicos, já que a autorização para acordo nos Juizados é específica para advogado do quadro, conforme também entendem o ministro Ruy Rosado e outros.

Segundo informações das áreas responsáveis, não será autorizada por enquanto a criação de novas REJUR nem a admissão dos novos escriturários. Tampouco sairá agora a carreira para escriturário no Jurídico, porque a reestruturação não está finalizada. Uma proposta deverá estar pronta até outubro. Números de hoje, fornecidos pela superintendente: 554 advogados, 381 escriturários e 850 estagiários, para cuidar de 1.300.000 processos.

Outro ponto importante da Agenda diz respeito ao FTGS e aos planos econômicos. "Depois da vitória, agora temos um problema, das liquidações, execuções de sentença. Está sendo estudado." Outro ponto é a atua-

ção institucional. "Estamos fazendo de uma forma mais sistematizada. Antes, tínhamos o problema e íamos ao Judiciário. Hoje, não. O Dr. Alberto está cuidando dos tribunais superiores, no Jurídico Regional de Brasília, e tem feito um trabalho institucional muito forte." Esse objetivo é facilitado com a descentralização de unidades, com a qual não concordava antes, quando chegou a apoiar a proposta de redução para dez Jurídicos.

Uma atuação consultiva preventiva: está na Agenda para evitar que os assuntos cheguem ao Contencioso. Foi fortalecida especialmente na Matriz e pretende-se repetir nos Jurídicos. "É também onde fazemos a nossa imagem na Empresa, que só lembra que existe Contencioso quando estoura algum problema muito sério. Mas o Consultivo é a nossa vitrine, é onde o administrador passa a reconhecer a importância da área jurídica."

O advogado que a CAIXA quer

"A Empresa quer que o advogado não seja um mal necessário. Ela quer que a área jurídica seja um facilitador de negócios, não no sentido de permitir tudo, mas de apresentar alternativas. Se o administrador quer um produto que não é viável daquela forma, se o advogado tem conhecimento profundo da parte operacional, como tem acontecido, ele tem condições de apresentar alternativas de solução. Hoje não chega mais o produto formatado, para que a gente se manifeste sobre ele. Começamos a analisar qualquer produto da CAIXA logo no seu início."

As unidades da área

GETEN: "Parecia que ia ficar esvaziada. Deve ser a unidade maior de orientação contenciosa. Não tem que ficar se preocupando com a demanda do dia-a-dia das áreas. Tem que se preocupar com a orientação macro. Muitas vezes o colega recebe aquela citação, e é um caso totalmente novo, ele está assoberbado de trabalho e tem que parar para desenhar novas teses. Dentro desse papel, a GETEN tem procurado constituir alguns grupos para que estudem situações novas. Em São Paulo, recentemente, um grupo preparou uma peça-padrão, que é um facilitador."

GERID: "Tem uma importância fundamental. Tem a ver com controle, não só do sistema corporativo. É também uma forma de apresentar soluções para as questões que mais afligem as unidades jurídicas, a questão tecnológica, lançamentos de dados no sistema. Enfim, hoje a GEAJU e a GETEN não se preocupam com as questões administrativas das unidades."

GEAJU: "Nessa caem todas as questões emergenciais, onde a área tem demanda, e se tem que atender prontamente. Independente de um caráter consultivo ou contencioso. Uma atuação por células, onde temos advogados vinculados por matérias, dentro de uma especialização."

Emoção e solidariedade na homenagem a Maria Helena Cisne Cid

O texto foi o ponto alto da cerimônia de abertura do VIII Congresso dos Advogados da CAIXA. Lido por seu autor, Jorge Paulo Schlemm Neto, exaltou o trabalho ético e corajoso da desembargadora federal Maria Helena Cisne Cid, como corregedora geral do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A homenagem foi também uma demonstração de solidariedade, pois Maria Helena vem recebendo ameaças por investigar irregularidades em sentenças judiciais. Os próprios advogados da CAIXA freqüentemente enfrentam problemas na defesa da Empresa, por conta de decisões de alguns dos juízes investigados.

Após a leitura (*leia o texto abaixo*), Maria Helena foi aplaudida de

pé. Emocionada, disse que nunca havia recebido homenagem igual. Manifestou sua alegria em ver os advogados reunidos para discutir problemas relacionados à Justiça. "Temos muitos obstáculos nesse nosso Brasil complicado e só conseguiremos resolver fazendo exatamente isso, nos reunindo, trocando idéias, tendo um agir ético. Às vezes as coisas acontecem e dá assim um pouco de vontade de pendurar a chuteira. Mas ouvi uma vez uma frase: o mundo será o que nós fizermos dele. Então, se cada um de nós fizer um pouquinho, nós vamos conseguir melhorar as coisas."

A desembargadora referiu-se à CAIXA como "uma instituição ética, que está sempre como parcei-



Maria Helena: solidariedade da CAIXA

ra nos grandes investimentos, em todos os ramos". Saudou a Justiça, "essa musa inspiradora de todos nós, que a gente procura, que a gente luta para encontrar". E exortou novamente contra o desânimo: "Vamos lutar. Feliz é aquele que acredita na beleza dos seus sonhos. Eu acredito que a Justiça vá triunfar. Eu acredito, eu quero acreditar, eu acho bom acreditar".

Tributo à ética

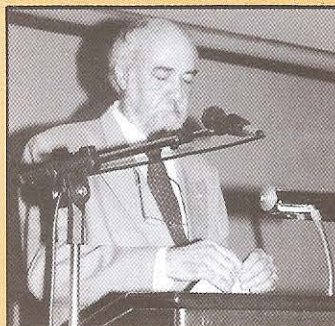
Destacadamente, queremos afirmar que nos sentimos mais seguros ante a figura da desembargadora Maria Helena Cisne Cid, e muito honrados com a presença de V.Exª. em nosso Congresso.

Repudiamos, de forma cabal e indignada, todas as violências de que V.Exª. tem sido alvo, como ameaças contra a vida e seqüestros que pretendem atingir até familiares.

Nos declaramos marcialmente solidários, entoando em coro vivas e hurras ao trabalho empreendido por V.Exª. à frente da Corregedoria da Justiça Federal, que como um Cid - O Campeador, batalha contra os infiéis, pela ética, pela correção, pela integridade de um poder que só é reconhecido como tal quando sentido como a expressão própria da justiça como resultado.

Ante a violência crescente no cenário nacional, a concentração ilegítima da riqueza e a disseminação covarde da pobreza, há que se perseguir e acompanhar o etos exemplar da desembargadora, para reverter o sentido arriscado no caminho atual, cujos passos finais nos parecem iminentes,

similar a outros casos na América, onde a corrupção endêmica, acompanhada da traficância endinheirada dos ricos, está usurpando a cidadania de todos.



Jorge Paulo: leitura emocionada

É um conforto lembrar de Maria Helena Cisne Cid, e de outros alicerces da nação e da vida pública do país, como pessoas especiais, consistentes, éticas, que expressam em atos, palavras e obras a imensurabilidade da grandeza humana, com toda a beleza que uma existência digna pode abranger.

E ainda se some a vitória da realidade frente ao preconceito, já que em torno da mulher representada por V.Exª. há um bem-vindo contingente,

ocupando espaços, gerando fatos e dados de conteúdo consistente, de inestimável valor, de qualidade, de firmeza, do que é justo, encerrando os predadores da cidadania e mostrando o quanto melhores podemos ser, onde podemos ir e aonde podemos alcançar sob uma ótica muito mais humana e própria da mulher quando administra o que quer que seja.

E naqueles momentos de lamentável viver, quando a dor nos acomete, quando presa das circunstâncias adversas que parecem ameaçar a crença no melhor destino, nosso espírito busca energia vital em exemplos cidadãos como o de V.Exª., para retomar o élan perdido.

Os advogados da Caixa Econômica Federal pedem a V.Exª. que aceite as nossas mais reverenciadas homenagens, a nossa solidária companhia em sua jornada, e o nosso mais entusiasmado aplauso.

Texto de Jorge Paulo Schlemm Neto, advogado do Jurídico RJ, na homenagem da ADVOCÉF à desembargadora Maria Helena Cisne Cid

Comissões preparam as propostas

Já estão constituídas as duas comissões que vão formular as propostas a serem encaminhadas à Administração para melhorar a situação dos advogados da CAIXA. Uma vai tratar da equiparação dos juniores, a outra do enquadramento dos assistentes técnicos e jurídicos. Fazem parte da primeira comissão os advogados Clélio Amorim Nobre Guedelha Martins (BA), Fabiano Jantalia Barbosa (RJ) e Flávio Silva Rocha (BR/RJ). A segunda é composta pelas advogadas Izabel Urquiza Godoi Almeida (PE), Margit Kliemann Fuchs (RS) e Sandra Rosa Bustelli Jesion (SP), vice-presidente da Associação.

A criação de duas comissões visa facilitar os trabalhos, mas elas devem manter contato para a uniformização do resultado. O grupo que estuda a situação dos juniores tem prazo até 27 de setembro, o dos assistentes até 5 de outubro. O presidente Darli Barbosa pediu que a categoria participe, enviando sugestões.

Já foi encaminhada também, à GERID, uma proposta de alterações no Normativo de Honorários, de forma a melhor espelhar o acordo firmado entre a ADVOCEF e a CAIXA.

Sede vai para Londrina

Na prestação de contas da gestão anterior, o ex-tesoureiro Davi Duarte informou que a ADVOCEF tem em caixa a importância aproximada de R\$ 581 mil, com o parecer do Conselho Fiscal, referente ao ano de 2001, aprovado pela Remígio, Rocha & Consultores SC Ltda.

Outras questões foram encaminhadas no último dia do VIII Congresso no Rio:

- venda da sede de Porto Alegre e aluguel de uma em Londrina;
- realização do IX Congresso Nacional em Goiás, em 2003, com descontos suplementares aprovados de duas parcelas de R\$ 50, de advogados associados e não associados;
- acompanhamento pela ADVOCEF das apurações sumárias, sindicâncias e tomadas de conta especial, se o associado desejar;
- o rateio de honorários será devido ao advogado, após o seu desligamento do quadro, na proporção de um rateio por cada ano trabalhado, até o limite máximo de seis rateios.

A ADVOCEF e o júnior

Até que ponto a ADVOCEF está empenhada em defender os interesses do advogado júnior? Bruno Vaz de Carvalho levantou a questão lembrando que em junho havia completado um ano desde a chegada dos primeiros juniores e há apenas um dia tinha ouvido finalmente a posição da entidade. "Eu me associei à ADVOCEF na primeira semana, mas outros colegas demoraram a se associar e até hoje estão recalcitrantes. Seria mesmo a ADVOCEF o órgão representativo do advogado júnior?"

Apesar de discordar de que haja discriminação pela ADVOCEF, Jorge Paulo Schlemm Neto admitiu que a entidade deve ser mais firme nessa discussão. "Porque sempre esteve claro que há uma diferença salarial, de carreira, de denominação nas estruturas administrativas que não se justifica. Nós como advogados temos a obrigação de militar para que não haja a criação de passivos trabalhistas", afirmou. Observando que a questão poderá trazer grandes prejuízos para a Empresa, Jorge Paulo sugeriu que a ADVOCEF promova discussões nas unidades.

O presidente Darli Barbosa aceitou em parte as reclamações de Bruno e conclamou a participação dos juniores. Falou da época em que ingressou no Jurídico, em 1984, quando a discriminação era tal a ponto de serem diferentes as diárias pagas aos advogados novos e antigos. "Foi através de luta que conseguimos dissolver a distinção. Nossa esperança é que isso também ocorra com os colegas novos." Darli alertou que não se pode pretender a equiparação de um dia para o outro. Também discordou de uma sugestão de Bruno, de criar um cargo específico na ADVOCEF para os juniores. "Já vamos estar fazendo uma diferenciação na própria categoria", disse, lembrando que convidou colegas do último concurso para compor a diretoria da Associação. O ex-presidente da entidade, Davi Duarte, lembrou que o último *Boletim da ADVOCEF* aborda a questão dos novos, em editorial de primeira página.

Em busca do Normativo perfeito

A terceirização de processos relevantes e de processos de recuperação de crédito em que há garantia real constituem as principais dificuldades para a arrecadação de honorários. A opinião é do advogado Salvador Congentino (BR), que trabalhou na elaboração do Manual Normativo. Outro obstáculo importante foi a necessidade de

aprovação do documento por todas as áreas operacionais envolvidas, no total de 12. Tudo isso justifica a existência de imperfeições no Manual, que precisam ser corrigidas.

No debate no VIII Congresso, foi apontada a omissão do Manual quanto aos honorários devidos pela EMGEA. Também foram discutidas as questões do repasse

dos honorários de processos terceirizados e as estratégias necessárias junto ao Judiciário para que, nos casos de sucumbência recíproca, os honorários sejam pagos pela parte ao advogado da parte contrária, sem a compensação. Ficou definido que a titularidade do direito de executar os honorários é da ADVOCEF e não da CAIXA.

Quem paga quem na sucumbência?

Sucumbência recíproca e compensação de honorários: é cabível? E quem paga quem? Segundo o advogado Éder Maurício Pezzi López, o tema tem gerado questionamentos, "pela falta de clareza com que tem sido tratado pela doutrina e, sobretudo, pela jurisprudência". No texto a seguir, Éder, do Jurídico de Porto Alegre, explica a tese que apresentou no VIII Congresso:

"Não obstante em muitos julgamentos os juízes afirmem que a compensação não significa a isenção de honorários, o que ocorre na prática é que os advogados da CAIXA não recebem qualquer valor tocante à sucumbência recíproca, muito embora juridicamente eficiente a sua atuação, o que se afigura equivocado, não só em razão da lei processual civil vigente, mas em função dos termos do acordo firmado em 2001 com a CAIXA.

O problema surge do fato de que o conceito jurídico de compensação de

honorários advocatícios, na forma do art. 21 do CPC, é tecnicamente incompatível com o Estatuto da Advocacia, visto serem diferentes credores (advogados) e devedores (partes). No entanto, considerando que a jurisprudência é quase unânime em acolher a compensação, esta deve ser compreendida como uma forma de fazer com que o advogado seja remunerado pela própria parte beneficiada por sua atuação, na medida em que foi vencedora.

Assim, em havendo sucumbência recíproca, o juiz deve explicitar na sentença qual a proporção do decaimento de cada parte, ou determinar que seja fixada em liquidação de sentença, fixando critérios próprios para tanto. Deve-se buscar judicialmente que, ainda que haja compensação dos honorários, seja fixado o seu valor, em montante fixo ou percentual, para que se possa dar liquidez e exequibilidade ao crédito.

No caso do acordo celebrado em

2001, não há disposições expressas relativamente à forma de cobrança dos honorários nesses casos, o que não inviabiliza o crédito, visto que, pelas disposições do acordo, s. m. j., os advogados da CAIXA têm direito a pelo menos 5% do benefício econômico obtido, seja ele recuperação de crédito ou redução no valor da condenação nas ações em que a CAIXA for ré. Igualmente, há lacunas nos normativos atinentes aos pagamento de honorários, que não contêm disposições expressas relativamente aos casos de sucumbência recíproca.

Em realidade, o direito existe, e os valores são bastante expressivos. O que falta é que haja por parte dos advogados um empenho no sentido de buscar formas de implementar a cobrança dessas verbas, e, nesse sentido, fundamental é a atuação da ADVOCEF, para que se possa, a nível nacional, implementar rotinas administrativas e orientações de atuação judicial."

REB ou REPLAN?

A opção de migrar ou não para o plano de benefícios REB não deve ser feita agora. Esta é a recomendação que será dada pela ADVOCEF aos associados, decidida após o debate ocorrido no VIII Congresso. A conclusão é que não se sabe ainda qual o melhor plano para os empregados, pois, segundo foi estabelecido nas discussões, os seus efeitos estão sujeitos a acontecimentos futuros.

Dois estudiosos do tema apresentaram opiniões diferentes. Amanda Cardoso, do Jurir/RS, disse que a migração não é interessante para os empregados porque se per-

derá a garantia oferecida pela CAIXA, cuja verdadeira intenção é o enxugamento para privatização. Por isso, entende que é preciso reivindicar reajustes no REPLAN para manter os benefícios definidos ou, ao menos, impor modificações nas regras do REB.

Já Altair Rodrigues de Paula, do Jurir/PR, afirmou que a garantia da CAIXA não será perdida com a opção para o REB, pois o processo judicial continuará em tramitação. Para o advogado, há vantagens e desvantagens nos dois planos, nenhum oferece a segurança que apregoa e é difícil saber qual o melhor.



Altair e Amanda (com Darli no centro): as discussões vão continuar

Ao final do debate, concluiu-se que devem ser buscadas mais informações e que a ADVOCEF vai apresentar propostas para a melhoria dos planos. Para mais subsídios, será consultado o plano da CASSI, do Banco do Brasil.

Como se faz um congresso

No início de maio saiu a definição de que o VIII Congresso da ADVOCEF seria mesmo no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 18 de agosto. "Tínhamos muito tempo, certo? É o que parecia", diz hoje um aliviado e feliz Jailton Zanon da Silveira. Na sua primeira vez como organizador, o advogado teve ao lado o inseparável Jorge Paulo Schlemm Neto ("Ficávamos falando até altas horas") e os não menos abnegados Leonardo Almeida,

Fabiano Jantalia Barbosa, Bruno Vaz de Carvalho e Leonardo Kataoka, todos colegas do Rio de Janeiro. Além da colaboradora Patrícia Coelho, empregada aposentada da CAIXA, que no primeiro momento tratou das passagens. Depois a tarefa foi para Porto Alegre, passando o evento a ter dois coman-

dos e alguns problemas, até a afinação total. "O pessoal de POA foi dez, especialmente o Dr. Roberto Maia, um parceiro constante", elogia hoje Jailton.

Satisfeito com o resultado do trabalho, Jailton até se diverte ao lembrar de suas angústias. "Se antes do Congresso você me perguntasse como eu me sentia, eu responderia: muito preocupado". É que de repente a equipe se viu com apenas 20 dias para convidar os palestrantes e autoridades. Mas os contatos foram ótimos, os convidados confirmaram a presença na hora, deu tudo tão certo que Jailton hoje abençoa a própria sorte. "Eu sempre notava nos congressos a ausência dos colegas do Rio. Queríamos mudar essa situação e por isso fizemos convocações constantes. Resultado: quase todos os advogados daqui compareceram. Foi muito bom."

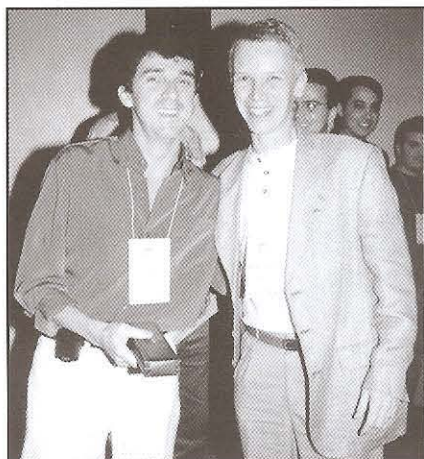
Uma falha a ser corrigida no próximo? Segundo o hoje experiente Jailton, a ADVOCEF deve dar aos organizadores maior autonomia, orçamento prévio e antecedência de pelo menos três meses. Um grande acerto foi reunir no Congresso autoridades do Judiciário, ex-advogados da CAIXA e autoridades da Empresa. "Ficamos muito felizes em poder homenagear os colegas que hoje atuam em outros órgãos públi-

cos. São grandes amigos que deixaram saudades." Outro grande momento, diz Jailton, foi a homenagem à desembargadora Maria Helena Ciske Cid. "Apesar de ser um dos poucos que sabia do fato e conhecia o texto - eu e o Dr. Jorge Paulo mantive-

mos o assunto em segredo -, anda assim fiquei emocionado."

Foi importante também ver o presidente do Tribunal Regional Federal, Arnaldo Lima, registrar a competência do advogado da CAIXA. E ouvir um diretor, Aser Cortines, falar da importância do Jurídico no dia-a-dia da Empresa. "É que, além das homenagens propriamente ditas, queríamos registrar o valor do advogado da CAIXA no Rio de Janeiro e em todo o Brasil, em contraponto à injusta falta de reconhecimento que ainda persiste em alguns setores da Empresa, que acaba levando a uma baixa estima dos profissionais, como frisou a Dra. Dalide em sua palestra."

Valeu a pena, portanto? "Sim, queríamos um congresso marcante e acho que conseguimos. A sensação do dever cumprido é gratificante."



Jailton e Roberto: parceria

EXPEDIENTE

ADVOCEF

Associação Nacional dos Advogados da CAIXA

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Darli Barbosa (Londrina)

Vice-Presidente

Sandra Rosa Bustelli Jesion (São Paulo)

1º Tesoureiro

Altair Rodrigues de Paula (Londrina)

2º Tesoureiro

Gilberto Gemin da Silva (Londrina)

1º Secretário

Alceu Paiva de Miranda (Londrina)

2º Secretário

Francisco Spisla (Londrina)

Diretor Regional Norte

Mariano Moreira Junior (Manaus)

Diretor Regional Nordeste

Leandro Cabral Moraes (Natal)

Diretor Regional Sudeste

Angelo Ricardo Alves da Rocha (Vitória)

Diretor Regional Centro-Oeste

Isabella Gomes Machado (Brasília)

Diretor Regional Sul

Edgar Luiz Dias (Curitiba)

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Domingos Simião da Silva (Belo Horizonte), Gerhard Winning Filho (Uberlândia), Rosimeire Rocha Mcauchar (Juiz de Fora), Silvío do Lago Padilha (Belo Horizonte) e Simone Solange de Castro Rachid (Belo Horizonte).

Suplentes

Luciano Paiva Nogueira (Belo Horizonte) e Umberto Parma Machado (Belo Horizonte).

CONSELHO FISCAL

Titulares

Davi Duarte (Porto Alegre), Gisela Ladeira Bizarra (Brasília) e Luís Fernando Miguel (Porto Alegre).

Suplentes

Maria dos Prazeres de Oliveira (Recife) e Paulo Ritt (Maceió).

Editor: Mário Goulart Duarte (Reg. Prof. 4662) - E-mail: mggoulart@uol.com.br

Editoração eletrônica: José Roberto Vazquez Elmo. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Promoarte. **Periodicidade:** bimestral.

Endereço em Brasília: SBS, Quadra 2, Lote 1 - BL S - sala 1205 - Edifício Empire Center - Fone (61) 224-3020 - CEP 70070-100.

Endereço em Porto Alegre: Av. Borges de Medeiros, 340 - sala 131 - Edifício Missões. Fone (51) 3228-9324 - CEP 90020-020
E-mail: advocéf@advocéf.org.br
Site: www.advocéf.org.br

Discagem Gratuita:
0800 51 02822

A revolução dos Juizados Especiais

As três partes envolvidas com os Juizados Especiais Federais – o Judiciário, a Defensoria Pública da União e a CAIXA – foram reunidas para discutir o assunto no VIII Congresso: os juízes Daniella Motta e Guilherme Bollorini Pereira, o defensor público Holden Macedo da Silva e o advogado da CAIXA Fabiano Jantalia Barbosa. “Deles, os Juizados, espera-se muito, espera-se uma revolução na sociedade, para a solução dos seus conflitos”, disse o apresentador do encontro, Luiz Antônio Azamor Rodrigues, gerente do Jurídico do Rio de Janeiro. Leia, abaixo, a síntese do encontro. A participação da CAIXA está na matéria ao lado.

O Judiciário

A juíza do 1º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, Daniella Motta, iniciou dizendo que “a CAI-

XA é a grande vedete dos Juizados, infelizmente, superando o INSS por vários corpos”. Comentando a inversão do ônus da prova, disse que nem sempre deve ser aplicada, pois o objetivo da Justiça é,



Mesa dos debates: Fabiano, Holden, Azamor, Bollorini e Daniella Motta

sempre que possível, a verdade material. Recomendou que a CAIXA deve argüir o cerceamento de defesa, nas ações em que a prova a ser apresentada for de difícil produção.

Guilherme Bollorini, ex-advogado da CAIXA e atual magistrado

num dos Juizados do Rio, informou que nas ações de clientes de bancos tem aplicado a jurisprudência formada nos Juizados Especiais Estaduais.

A Defensoria

Outro ex-profissional da CAIXA, atual defensor público da União no Distrito Federal, Holden da Silva comentou alguns artigos da Lei 10.259/2001 e salientou que a CAIXA deve começar a fazer acordos. Afirmou que existem decisões judiciais no Distrito Federal que determinam a citação da CAIXA para

defesa e comparecimento à audiência no prazo de 15 dias. O motivo seria a condição da Empresa, de pessoa jurídica de direito privado, sem direito às prerrogativas das pessoas jurídicas de direito público. Com a afirmação não concordaram muitos dos advogados presentes.

Falta coordenação para os Juizados

A CAIXA tem, a cada mês, 1.400 novos processos nos Juizados Especiais Federais, sendo 65% referentes ao FGTS e 27% previstos nos direitos do consumidor (saques indevidos, registros no Serasa, constrangimentos na porta giratória). O restante refere-se ao INSS (5%) e outros. Os dados foram apresentados no VIII Congresso pelo advogado Fabiano Jantalia Barbosa, que se baseou em sua experiência no Jurídico do Rio de Janeiro.

Segundo Fabiano, as dificuldades vividas por ele e seus colegas têm origem na própria área jurídica (falta de autorização para acordos, falta de profissionais e equipamentos), em outras unidades (práticas comerciais equivocadas,

falta de informações, desinteresse, dificuldade de obtenção de documentos) e também no Judiciário. Aqui a causa são petições mal elaboradas e falta de documentos. As consequências, explicou Fabiano, trazem prejuízos financeiros que poderiam ser evitados, além do desgaste perante o público e o Judiciário, além do estresse dos profissionais.

Entre as alternativas para solucionar ou ao menos reduzir sensivelmente os problemas, Fabiano sugeriu a criação de uma Coordenação dos JEFs, uma melhor estruturação das áreas envolvidas e o estudo do perfil das demandas para revisão de procedimentos. Fabiano alertou para uma mudança também na atuação

dos advogados, que deve ser predominantemente preventiva. Para isso, concluiu, será necessária uma maior aproximação com a área negocial, através de grupos de trabalho.



Fabiano Barbosa: buscar contato com a área negocial